



Coordenadores
Luiz Rodrigues Wambier
Fábio L. Quintas
Georges Abboud

A inconstitucionalidade do tratamento dado à **Coisa Julgada** **Inconstitucional** no CPC/2015

Daniel André Magalhães da Silva

2018



Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

- C652 A (in)constitucionalidade do tratamento dado à “coisa julgada inconstitucional” no CPC/2015 / Daniel André Magalhães da Silva – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.
176 p. (Direito Processual na Ordem Constitucional / Coordenação Luiz Rodrigues Wambier, Fábio L. Quintas e Georges Abboud)

Bibliografia

ISBN 978-85-442-2289-8

1. Direito Processual. 2. Ordem Constitucional. 3. Coisa Julgada. I. Silva, Daniel André Magalhães da. II. Wambier, Luiz Rodrigues. III. Quintas, Fábio L. IV. Abboud, Georges. V. Título.

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Introdução	19
1. Coisa julgada	27
1.1. Conceito e pressupostos da coisa julgada	27
1.2. Efeitos da coisa julgada	32
1.3. Limites da coisa julgada	34
1.4. A garantia constitucional da coisa julgada	36
2. “Coisa julgada inconstitucional”	41
2.1. Introdução	41
2.2. Controle de constitucionalidade	42
2.3. Definição de “coisa julgada inconstitucional”	53
2.4. Tipos de “coisa julgada inconstitucional”	54
2.4.1. “Coisa julgada inconstitucional” originária	54
2.4.2. “Coisa julgada inconstitucional” superveniente	55
2.5. O valor jurídico da “coisa julgada inconstitucional”	56
2.6. Conclusão	59
3. A desconstituição da “coisa julgada inconstitucional”	61
3.1. Introdução	61
3.2. A desconstituição da “coisa julgada inconstitucional” na legislação brasileira	63

3.2.1. Ação Rescisória com fundamento em violação à legislação	67
3.2.1.1. Ação Rescisória como meio típico de desconstituição da “coisa julgada inconstitucional”	77
3.2.2. Impugnação ao cumprimento de sentença	81
3.2.3. Ação declaratória de nulidade ou inexistência (<i>Quere-la Nullitatis</i>)	83
3.3. A teoria da “relativização” da coisa julgada	91
3.4. O controle da “coisa julgada inconstitucional” no direito comparado	101
3.4.1. O controle do ‘caso julgado inconstitucional’ em Portugal	102
3.4.2. O controle da “coisa julgada inconstitucional” na Espanha	119
3.5. Conclusão	134
4. O instituto da “coisa julgada inconstitucional” no Código de Processo Civil de 2015	139
4.1. Introdução	139
4.2. O tratamento dado à “coisa julgada inconstitucional” pelo CPC/2015	140
4.3. Objeções à luz da constituição federal de 1988	143
4.4. Conclusão	160
Conclusões	163
Referências	165